

“Jesus Cristo padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado”

Jesus diz: Mc 10,33-34.

O Mistério pascal de Jesus, que compreende a sua paixão, morte, ressurreição e glorificação, está no centro da fé cristã, porque o desígnio salvífico de Deus se realizou uma vez por todas com a morte redentora do seu Filho, Jesus Cristo.

Alguns chefes de Israel acusaram Jesus de agir contra a Lei, contra o templo de Jerusalém e em particular contra a fé no Deus único, porque Ele se proclamava Filho de Deus. Por isso o entregaram a Pilatos, para que o condenasse à morte.

Jesus não aboliu a Lei dada por Deus a Moisés no Sinai, mas deu-lhe cumprimento ao lhe dar a interpretação definitiva. É o Legislador divino que executa integralmente essa Lei. Além disso, ele, o Servo fiel, oferece com a sua morte expiadora o único sacrifício capaz de redimir todas “as transgressões cometidas no decorrer da primeira Aliança” (Hb 9,15).

Jesus foi acusado de hostilidade em relação ao Templo. Todavia, respeitou-o como “casa do seu Pai” (Jo 2,16) e ali proferiu uma parte importante do seu ensinamento. Mas também predisse a destruição dele, numa relação com a própria morte, e se apresentou ele mesmo como a casa definitiva de Deus em meio aos homens.

Jesus jamais contradisse a fé num Deus único, nem mesmo quando realizava a obra divina por excelência que cumpria as promessas messiânicas e o revelava igual a Deus: o perdão dos pecados. O pedido de Jesus de crer nele e de se converter permite entender a trágica incompreensão do Sinédrio que considerou Jesus digno de morte porque blasfemador.

Jesus afirmou frequentemente a sua sua identidade e a sua missão: Lc 4, 16-21.

Quem é responsável pela morte de Jesus?

A paixão e a morte de Jesus não podem ser imputadas indistintamente nem a todos os judeus então vivos nem aos outros judeus vindos depois, no tempo e no espaço. Cada um dos pecadores, ou seja, todo homem, é realmente causa e instrumento dos sofrimentos do Redentor e mais gravemente culpados são aqueles, sobretudo se cristãos, que mais vezes caem de novo no pecado ou se deleitam nos vícios.

A morte de Cristo faz parte do desígnio de Deus

Para reconciliar consigo todos os homens destinados à morte por causa do pecado, Deus tomou a iniciativa amorosa de enviar seu Filho para que se entregasse à morte pelos pecadores. Anunciada no Antigo Testamento, em particular como sacrifício do Servo sofredor, a morte de Jesus aconteceu “segundo as Escrituras”.

Toda a vida de Cristo é livre oferta ao Pai para cumprir o seu desígnio de salvação. Ele dá “a vida em resgate por muitos” (Mc 10,45) e desse modo reconcilia com Deus toda a humanidade.

O seu sofrimento e a sua morte manifestam que a sua humanidade é o instrumento livre e perfeito do Amor divino que quer a salvação de todos os homens.

Na última Ceia com os Apóstolos, na vigília da paixão, Jesus antecipa, isto é, significa e realiza de modo antecipado a oferta voluntária de si mesmo: “Isto é o meu corpo, que é *dado* por vós” (Lc 22,19), “este é o meu sangue, que é *derramado...*” (Mt 26,28).

Ele institui assim ao mesmo tempo a Eucaristia como “memorial” (1 Cor 11,25) do seu sacrifício e os seus Apóstolos como sacerdotes da nova Aliança.

Apesar do horror que causa a morte na humanidade toda santa daquele que é o “Autor da Vida” (At 3,15), a vontade humana do Filho de Deus adere à vontade do Pai: para nos salvar, Jesus aceita carregar os nossos pecados no seu corpo, “fazendo-se obediente até a morte” (Fl 2,8).

Jesus ofereceu livremente a sua vida em sacrifício expiatório, ou seja, reparou as nossas culpas com a obediência plena do seu amor até a morte. Esse “amor até o fim” (Jo 13,1) do Filho de Deus reconcilia com o Pai toda a humanidade. O sacrifício pascal de Cristo resgata, pois, os homens de modo único, perfeito e definitivo, e lhes abre a comunhão com Deus.

Chamando os seus discípulos a tomar a própria cruz e segui-lo, Jesus quer associar a seu sacrifício redentor aqueles que são seus primeiros beneficiários.

Cristo conheceu uma verdadeira morte e uma verdadeira sepultura. Mas o poder divino preservou o seu corpo da corrupção.

“Jesus desceu aos infernos, ressuscitou dos mortos no terceiro dia”

Os “infernos” – diferente do *inferno* da condenação – constituíam o estado de todos aqueles, justos e maus, que tinham morrido antes de Cristo. Com a alma unida à sua Pessoa divina, Jesus, nos infernos, esteve com os justos que esperavam o seu Redentor para entrar enfim na visão de Deus. Depois de ter vencido, mediante a sua morte, a morte e o diabo, “que tinha o poder da morte” (Hb 2,14), libertou os justos à espera do Redentor e lhes abriu as portas do Céu.

A Ressurreição de Jesus é a verdade culminante da nossa fé em Cristo e representa, com a Cruz, uma parte essencial do Mistério pascal. (Mc 16,1-7)

Além do sinal essencial constituído pelo túmulo vazio, a Ressurreição de Jesus é atestada pelas mulheres que foram as primeiras a encontrar Jesus e o anunciaram aos Apóstolos. Jesus depois “apareceu a Cefas, e depois aos Doze. Mais tarde apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma vez” (1Cor 15,5-8) e a outros ainda. Os Apóstolos não puderam inventar a ressurreição, pois ela lhes parecia impossível: com efeito, Jesus até os reprovara pela incredulidade deles.

Mesmo sendo um acontecimento histórico, constatável e atestado por meio de sinais e testemunhos, a Ressurreição, como entrada da humanidade de Cristo na glória de Deus,

transcende e supera a história, como mistério da fé. Por esse motivo, Cristo ressuscitado não se manifestou ao mundo, mas aos seus discípulos, fazendo deles suas testemunhas diante do povo.

A Ressurreição de Cristo não foi um retorno à vida terrena. O seu corpo ressuscitado é aquele que foi crucificado e carrega os sinais da sua Paixão, mas é agora participante da vida divina com as propriedades de um corpo glorioso. Por essa razão Jesus ressuscitado é soberanamente livre de aparecer aos seus discípulos como e onde quer e sob aspectos diferentes.

A Ressurreição de Cristo é uma obra transcendente de Deus. As três Pessoas agem juntas segundo o que lhes é próprio: o Pai manifesta o seu poder; o Filho “retoma” a vida que livremente ofereceu (Jo 10,17), reunindo a sua alma e o seu corpo, que o Espírito vivifica e glorifica.

A Ressurreição é o ápice da Encarnação. Ela confirma a divindade de Cristo, como também tudo o que Ele fez e ensinou, e realiza todas as promessas divinas a nosso favor. Além disso, o Ressuscitado, vencedor do pecado e da morte, é o princípio da nossa justificação e da nossa Ressurreição: desde agora nos dá a graça da adoção filial que é real participação da sua vida de Filho único; depois, no final dos tempos, ele ressuscitará o nosso corpo.

“Existe um duplo aspecto no mistério pascal; pela sua morte, Cristo libertou-nos do pecado; pela sua ressurreição, abre-nos o acesso a uma nova vida”.

CIC, 654

“Disso se alegra meu coração, exulta a minha alma; também o meu corpo repousa seguro, pois não vais abandonar a minha vida no sepulcro nem vais deixar que teu santo experimente a corrupção.

O caminho da vida me indicarás, alegria plena à tua direita, para sempre”.

Salmo 16, 9-11